



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 24ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0062129-43.2019.8.17.2001**

AUTOR: OZIMERIO CADE ARAUJO

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

## **DESPACHO**

Vistos etc.,

Recepcionado hoje.

Defiro os benefícios da justiça gratuita face a declaração de pobreza inserida na procuração acostada aos autos (Id nº 51693674, pág. 1).

Diante da peculiaridade do caso deixo de designar audiência de tentativa de conciliação/mediação prevista no art. 334 do CPC. Determino a citação da parte suplicada, através de Carta com Aviso de Recebimento – AR, para, prazo de 15 (quinze) dias, úteis, a contar da data da juntada do aviso de recebimento aos autos –CPC, art. 231, I, querendo, contestar os termos da presente ação, sob pena de presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados na exordial (art. 344, CPC).

Cumpra-se.

Recife-PE, 03 de outubro de 2019.



**Dr. André Vicente Pires Rosa**

**Juiz de Direito em exercício cumulativo**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 24ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0062129-43.2019.8.17.2001  
AUTOR: OZIMERIO CADE ARAUJO

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 24ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 51829887, conforme segue transcrito abaixo:

*" Vistos etc., Recepcionado hoje. Defiro os benefícios da justiça gratuita face a declaração de pobreza inserida na procuração acostada aos autos (Id nº 51693674, pág. 1). Diante da peculiaridade do caso deixo de designar audiência de tentativa de conciliação/mediação prevista no art. 334 do CPC. Determino a citação da parte suplicada, através de Carta com Aviso de Recebimento – AR, para, prazo de 15 (quinze) dias, úteis, a contar da data da juntada do aviso de recebimento aos autos –CPC, art. 231, I, querendo, contestar os termos da presente ação, sob pena de presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados na exordial (art. 344, CPC). Cumpra-se. "*

RECIFE, 4 de outubro de 2019.

**ANDRE GONCALVES LOBATO**  
Diretoria Cível do 1º Grau

